

## TERRITÓRIO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA APLICAÇÃO CONCEITUAL

Fernanda Keiko IKUTA\*

**Resumo:** A partir dos trabalhos de Corrêa (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), Andrade (1995), Raffestin (1993), Silva (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), Souza (in: Castro; Gomes; Corrêa, 1995); e Santos (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), o conceito de território é primeiramente apresentado neste texto. A seguir, realizamos alguns apontamentos sobre como esta noção comparece nos estudos geográficos. A preocupação que orienta essa discussão é se os autores conseguem transpor a construção teórico-conceitual elaborada para a análise empírica. E numa terceira e última parte do texto, lançamos como problematização a questão da importância do estudo do território diante do fenômeno da globalização e da fragmentação.

**Palavras-chave:** Território; Territorialidade; Territorialização; Desterritorialização; Poder; Estado-Nação; Globalização e Fragmentação.

**Resumen:** A partir de los trabajos de Corrêa (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), Andrade (1995), Raffestin (1993), Silva (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), Souza (in: Castro; Gomes; Corrêa, 1995); y Santos (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), el concepto de territorio inicia nuestro texto. A continuación, ejemplificamos su comparencia en estudios geográficos. Nuestra preocupación es evidenciar la dificultad que presenta la transposición de la construcción teórica elaborada al análisis empírico. En la tercera y última parte del texto, planteamos como controversia la importancia del estudio del territorio delante de los fenómenos de globalización y fragmentación.

**Palabras llave:** Territorio; Territorialidad; Territorialización; Desterritorialización; Poder; Estado-Nación; Globalización; Fragmentación.

### 1. O QUE É TERRITÓRIO?

O conceito de território comparece em Roberto Lobato Corrêa (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994) ligado à idéia de apropriação. Apropriação que para ele tem um duplo significado: Um deles, vinculado à *Geografia Política* e a *Geopolítica*, está associado ao *controle de fato*, que pode ser ou não legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. E o outro vinculado a *Geografia Humanista*, “lê” a apropriação do território a partir de uma dimensão afetiva, que seria derivada das práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo raça, renda, religião, sexo, idade entre outros atributos. A apropriação é, em suma, associada à *identidade de grupos* e a *afetividade espacial*.

\* Mestranda do curso de pós-graduação em geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Campus de Presidente Prudente. Bolsista FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT.

Todavia, os dois significados podem combinar-se definindo territórios *plena* apropriados tanto de direito, como de fato e afetivamente.

Desta maneira, o conceito de território está subordinado ao espaço, à organização espacial, pois *"é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas"*.

Vale ainda destacar que para Corrêa (Op. Cit, p. 252):

*"Há vários territórios recobrimdo a superfície da Terra. Cada um representa uma específica dimensão e conteúdo, sendo apropriado, vivenciado e percebido diferentemente pelos diversos agentes. Os territórios não formam um mosaico, regular ou irregular, mas assemelham-se às múltiplas possibilidades de arranjos existentes em um caleidoscópio."*

Em Manuel Correia de Andrade (1995), o conceito está ligado à idéia de *domínio* a gestão de determinada área, isto é, à idéia de poder (seja político, estatal e das grandes empresas). A idéia de poder também está presente na concepção de território de Raffestin (1993). Para este autor, o território, que se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um agente sintagmático (isto é, que realiza um programa) em qualquer nível. Assim, quando um agente apropria de um espaço (e a apropriação pode ser neste caso, concreta ou abstrata – exemplo através da representação), ele "territorializa" o espaço. Espaço este, onde se projetou um trabalho (energia ou informação) e, por isso, revela relações marcadas pelo poder.

Raffestin ainda discorre sobre o ponto de vista de que para os marxistas, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso. Nesta perspectiva, o espaço é anterior a qualquer ação, ele é "dado", é "matéria-prima". O território seria então uma produção a partir do espaço. Assim, devido a todas relações que envolvem a produção, o território "se inscreve num campo de poder". E de maneira bastante diferenciada, o autor desenvolve a idéia de sistema territorial, formados por elementos do espaço, a saber: superfícies ou tessituras, pontos ou nós, linhas e redes. A organização hierárquica das tessituras, nós e redes permitimos assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Tais sistemas "constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder".

Em uma perspectiva ainda mais diferenciada, Armando Corrêa da Silva (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994) analisa o *"território da consciência e a consciência do território"*. Para este autor, a origem da territorialidade (lugar como privação do espaço coletivo) se dá através do isolamento do indivíduo do grupo, a partir do qual nasce a consciência da posse. O território é definido como sendo o *domínio de um evento natural ou humano* e ele possui um aspecto físico (na medida que pode se o território de um rio; o resultado de um povoamento; o corpo; etc.). Corrêa da Silva (p.259) então complementa:

*"Por isso, conhecer o território é, inicialmente, conhecer a si mesmo, nas partes e no todo. Em segundo lugar, conhecer o território é conhecer o outro".*

O autor ainda complexifica a discussão, afirmando que o território é evidência do lugar, que por sua vez é pressuposto do espaço, que é para ele "o maior lugar possível", o "cosmos".

Já Marcelo J. L. de Souza (in: Castro; Gomes; Corrêa, 1995), em uma primeira apresentação do conceito de território, nos aponta para o reconhecimento antigo da importância do mesmo enquanto instrumento de manutenção, conquista e exercício de poder.

Posteriormente apresenta o tradicional reducionismo a que é revestido tal conceito: território nacional (o Estado-nação); através dos discursos proferidos pelas disciplinas científicas.



tal, recorre a tradicional Geografia Política e destaca a concepção de território de Ratzel – “solo pátrio”.

Souza adverte que na Geografia Política predominam análises político-espaciais “etnocêntricas” que “naturalizam” o território e as relações entre espaço e poder.

O território é definido introdutoriamente como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, tem caráter político, são relações sociais projetadas no espaço, campo de forças. O poder, segundo este autor, pertence a um grupo, é inerente a qualquer comunidade política, todavia demanda legitimidade. Os territórios são construídos (e desconstruídos) em diversas escalas espaciais (micro e macro), escalas temporais e podem ter caráter permanente, periódico ou cíclico.

Souza posteriormente precisa sua definição de território através de uma incisiva crítica a Raffestin, que iremos abordar apenas sucintamente. Em suas palavras:

*“... acreditamos que este autor incorre no equívoco de ‘coisificar’, ‘reificar’ o território, ao incorporar ao conceito o próprio substrato material – vale dizer, o espaço social (...). Além disso, Raffestin (1993:144) praticamente reduz espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social... Raffestin não chega a romper com a velha identificação do território com seu substrato material... A diferença é que não se restringe ao “solo pátrio”, ao Boden ratzeliano... [ele]... não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial (...) o território, enquanto campo de forças, logicamente existe sobre um espaço, na cota de uma capa invisível deste, mas não devendo, só por isso, ser confundido com o substrato material”.* (Raffestin, Op Cit, p.96-98)

Milton Santos (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994) por sua vez, nos atenta para o fato de que a noção de território carece de constante revisão histórica, uma vez que “herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados” (p.15). E ainda adverte que o que faz do território objeto da análise social é o uso do território e não o território em si mesmo. Abrindo a discussão do significado do território hoje (nos dias da globalização), afirma que “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território”, (p.15)

A questão da prenunciada tendência a homogeneização e conseqüente fim do território e do espaço x a tese do reforço destes como tendência atual, será retomada posteriormente. No momento, queremos, já tendo revisado sucintamente como o conceito de território é definido por alguns autores, realizar alguns apontamentos sobre como esta noção comparece nos estudos geográficos. A preocupação que nos inspira (mas que não temos pretensão de solucioná-la, senão tê-la, por ora, como guia de nosso exercício), é saber se a definição, elaborada pelos autores é aplicada em suas análises como proposta. Ou seja, a questão é, o autor consegue transpor a sua construção teórico-conceitual para a análise empírica?

## 2. CONSTRUÇÃO CONCEITUAL E ANÁLISE EMPÍRICA

As questões que aparecem nos autores por nós trabalhados e que servirão de exemplo para o desenvolvimento do exercício proposto são, o território da prostituição, das gangues, do tráfico de drogas, e o da produção de fumo (da CIA de Cigarros Souza Cruz).

Partindo da idéia de que o capital possui seu próprio território (em especial o capital associado às grandes corporações multinacionais e multinacionalizadas) e desenvolve um conjunto de práticas espaciais para garantir a permanência de seu território e a criação de novos territórios, além de deter certo controle sobre suas desterritorializações; Corrêa (Op Cit) cita como exemplo concreto a Companhia de Cigarros Souza Cruz<sup>1</sup>.

Como exemplo de territorialidade da Souza Cruz, que o autor compreende como sendo o "conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas" (p.252-253), adotou-se o conjunto das regiões fumageiras localizadas nos estados meridionais (entorno de Santa Cruz do Sul, o baixo Vale do Taquari e a região de Camaquã no Rio Grande do Sul, a baixa do Itajaí, o Planalto de Canoas, o Vale de Rio do Peixe e o Oeste em terras catarinenses, e o Oeste e a região de Irati no Paraná). As práticas para preservação do território fumicultor são: o forte controle sobre o processo produtivo (orientação e assistência agrônomicas); distribuição gratuita aos produtores do jornal "O produtor de fumo"; panfletos de campanhas direcionadas aos jovens que seriam os futuros produtores de fumo, com a estratégia de minimizar o processo migratório; o *Clube da Arma*, com participação das Secretarias de Educação dos três estados sulinos – atinge milhares de alunos no intuito de que eles aprendam a "preservar o meio ambiente" por meio do reflorestamento, há ainda um jornal do clube e na verdade, o reflorestamento visa "a obtenção de lenha para as estufas onde as folhas de fumo passam, ainda no próprio local de produção, em primeiro beneficiamento, a secagem". (p.253)

A Companhia de cigarros também está submetida a perdas tanto de áreas como de pontos (localizações urbanas) isto é, ao processo de desterritorialização. Corrêa explica que o processo de imigração de produtores de fumo para oeste e Sudoeste paranaense (década de 50) implicou no fechamento da Usina de beneficiamento de Santo Ângelo. O autor cita ainda numerosos exemplos de desterritorialização envolvendo núcleos urbanos. Todavia, as desterritorialidades estiveram sob o controle da empresa e, em grande parte, foram programadas por ela, isto é, executadas "em nome de uma maior eficiência locacional, isto é, maiores ganhos efetivos". (p.254)

Neste sentido, o exemplo concreto trabalhado vem ao encontro do entendimento de desterritorialidade do autor: "perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território". (p.252)

A criação de novas territorialidades ou re-territorialidades também, muitas vezes é programada na "busca infundável de um território ideal, isto é, um território que a cada momento fosse o mais rentável". (p.255)

A potencialidade de criação de uma alta demanda para um futuro próximo com o processo de valorização das regiões Centro-oeste e Norte (década de 1960), fez com que a Souza Cruz se re-territorializa-se. Ela abre uma unidade fabril em um centro estrategicamente localizado (Uberlândia no triângulo Mineiro), implicando no fechamento de outra – Belo Horizonte.

Novas territorialidades e re-territorialidades significam então, a "criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, in situ, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território...". (p.252)

<sup>1</sup> Segundo o próprio autor (Op Cit, p.252), é "a empresa mais importante do grupo de mesmo nome que, por sua vez, é parte integrante do conglomerado British American Tobacco (BAT)..."



Corrêa finaliza apontando que a corporação estudada dispõe de uma territorialidade complexa que é causa e consequência de seu poder que tem uma dimensão local (que afeta os interesses deste âmbito) e que pode alcançar uma dimensão nacional.

A fim de avançar além da concepção de território-nação naturalizado (como de Ratzel e a maior parte da tradição da Geografia Política e Geopolítica), Souza (Op Cit) busca nas territorialidades complexas do cotidiano metropolitano exemplos que permitam uma flexibilização da visão do que seja território. Para ele, organizações espaço-temporais, de redes de relações, podem existir sem que haja uma superposição absoluta entre o espaço concreto com seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. Os territórios da prostituição feminina ou masculina são usados como exemplos de territórios móveis ou flutuantes com limites tendencialmente instáveis. Os travestis podem ser um grupo concorrente com os quais se pode entrar em conflito. Tais territórios, em geral, estão em áreas de obsolência e são "apropriados" apenas à noite (pois durante o dia se encontram pessoas trabalhando ou fazendo compras em estabelecimentos comerciais, escritórios de baixo *status* e pequenas oficinas, além de moradores das imediações). As gangues de adolescentes e jovens de rua têm suas territorialidades comparadas às da prostituição.

A apropriação de espaços públicos por grupos específicos, como os nordestinos nos fins de semana em uma praça da Tijuca no Rio de Janeiro e a ocupação das calçadas e logradouros públicos por camelôs, são trabalhados como situações onde se dá a formação de territórios com uma temporalidade bem definida. O autor destaca a dimensão de conflitualidade entre esses usuários do espaço e o ambiente que os discrimina (nordestinos - em grande parte moradores de favelas x moradores do bairro onde está praça "invadida"; camelôs - setor informal x setor formal).

Outro exemplo é o da territorialidade do tráfico de drogas, onde cada facção do tráfico é considerada uma rede complexa, que une nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, que se intercalam com nós de outras redes e todas essas redes se superpõem ao mesmo espaço e disputam a mesma área de influência econômica, isto é, o mercado consumidor. Tal territorialidade complexa leva o autor a desenvolver a idéia de *território descontínuo* (ou território-rede), através da construção de uma ponte conceitual entre este e o território (onde há contigüidade espacial). Essa complexidade ainda o remete a superar a idéia presente na concepção clássica da exclusividade de *um poder* em relação a um dado território.

Uma outra questão abordada é a do território no Brasil. De um lado temos a análise de Andrade (Op Cit) que, como vimos na primeira parte deste texto, relaciona o conceito de território à idéia de domínio ou gestão de determinada área. Assim sendo, para este autor, o Brasil durante séculos não se transformou em território por meio do exercício da sua gestão. Esta tentativa só teria ocorrido em meados do século XX, com Vargas que procura expandir a área de ação e de domínio do governo, posteriormente com Juscelino Kubitschek que procura desenvolver uma política de integração e com a continuação disto pelos governos militares.

Do outro lado, temos a postura de Moraes (Op Cit), na qual o Brasil até hoje não teria seu território plenamente construído. O autor busca desvendar *ideologias geográficas* no Brasil, discutindo sua formação. A "leitura" que faz é de que na formação brasileira, a construção do território é tomada como elemento de identidade nacional: "*No Brasil, o país é tomado como um território e não como uma sociedade. O Brasil não é um povo, mas um espaço.*"

### 3. GLOBALIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO: FIM DO TERRITÓRIO?

O que gostaríamos de ao menos lançar como problematização deste texto, é a importância do estudo do território diante do fenômeno da globalização e da fragmentação. Tais fenômenos prenunciam o fim do território?

Para Santos (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994), houve uma evolução da noção de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território todavia, ele adverte:

*"Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território 'estatzado', hoje tudo não é estritamente 'transnacionalizado'. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por expor, ao mundo, uma revanche."* (p.15)

O autor aponta que encontramos no território hoje, novos recortes que seriam resultados da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território através das *horizontalidades* (domínios da contigüidade territorial) e das *verticalidades* (pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais-redes).

Assim, a arena da oposição entre o mercado, que singulariza (e é a versão política dessa globalização perversa), e a sociedade civil, que generaliza, é o território em suas diversas dimensões e escala.

Neste sentido, como explica Santos (Op Cit, p.19):

*"A tendência atual é que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum susceptível de criar normas locais, normas regionais..."*

Neves (in: Santos, Souza, e Silveira (orgs.), 1994, p.270-282) também discute a vivência da globalização como sinônimo de homogeneização e ao mesmo tempo, da diversidade, da fragmentação e heterogeneidade. O que queremos destacar dele é sua compreensão de que neste quadro atual da fragmentação do território, o lugar, o local, é um dos mais eficientes espaços de resistência: *"É na territorialidade local onde as estratégias de dominação são mais nítidas"* (p.277). O autor alerta para a freqüente negligência dos geógrafos com estes territórios locais.

E da mesma maneira, referenciado nesta análise, Martin (1997) expõe que a reinvenção do local, como paradoxo da intensa globalização, se dá através do desenvolvimento dos movimentos socioespaciais, ou seja, os movimentos que têm o espaço como trunfo.

A compreensão que nos fica então, é a inversão do discurso do fim do território (e do lugar). Concordamos que, mais que nunca, *"é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)"* (Santos, Op Cit, p.19).

#### Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1995.  
CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.;



- SILVEIRA, M. L. (Orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, HUCITEC, 1994. p.251-256.
- MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, nº 19/20, 1997, p. p.26-41.
- MORAES, A. C. R. Território e identidade na formação brasileira. In: MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. espaço, cultura e política no Brasil. 3ª ed. São Paulo, HUCITEC, 1996, p.93-108.
- RAFFESTIN, C. O território e o poder. In: RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; e SILVEIRA, M. L. (Orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.15-20.
- SILVEIRA, M. L. A. C. da. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.257-260.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.77-116.